



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 351/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00239 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transportes

UNIDADE: Departamento de Estradas de Rodagem - DER

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos dados horários de todos os radares operados/sob responsabilidade do DER, com dados desagregados por localização (rodovia/km), sentido, data, horário e categoria veicular, no período de janeiro/2019 até a data de atualização mais recente dos dados. Atendimento parcial da demanda. Provimento recursal.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 351/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou onde o solicitante poderia acessar parte das informações. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar sobre o não atendimento de parte do pedido de acesso à informação formulado pelo cidadão, o departamento enviou a mesma reposta encaminhada ao requisitante a esta Coordenadoria e não informou se detinha os dados de contagem dos radares desagregados por hora, categoria e sentido, conforme solicitado pelo cidadão.
4. Deve-se consignar que o direito a acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto.
5. Considerando que o órgão deixou de se manifestar sobre as informações complementares que eventualmente detenham, nem indicou as razões de fato da recusa parcial do acesso pretendido, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (art. 11, II), **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 03/11/2022 às 13:23:50.

CGEDES202204335A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 03 de novembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público